

Centrão não terá maioria hoje na Constituinte

Só 217 confirmaram presença e a votação poderá até ser prejudicada por falta de quorum

Daso acha que ciúme abala os centristas

O enfraquecimento do Centrão não pode ser atribuído ao líder Mário Covas, a pressão da opinião pública ou ao radicalismo da extrema esquerda. Na verdade, o grupo está abalado por um componente interno: o ciúme entre os seus principais líderes.

Esta avaliação foi feita ontem pelo deputado Dasso Coimbra, coordenador de mobilização do Centrão, ao desmentir que haja qualquer acordo firmado em relação aos temas polêmicos que serão votados esta semana pela Constituinte: estabilidade no emprego e propriedade privada.

Na opinião dele, o que há são membros do seu grupo negociando individualmente para ocupar espaço na imprensa, sem estarem devidamente credenciados para tanto.

Para sanar este problema, a cúpula centrista manteve reunião no sábado à noite, designando quatro parlamentares para coordenar os entendimentos com a esquerda: Luiz Eduardo Magalhães, Afif Domingos, Luiz Pontes e José Geraldo. Qualquer acordo anunciado por outro parlamentar, segundo Dasso, "não deve ser levado em conta".

DEFEÇÕES

Comentando as notícias de que o Centrão estaria sofrendo inúmeras defecções, o deputado fluminense esclareceu que as anunciadas deserções não passam de "jogo de cena". O Centro Democrático, por exemplo, estaria querendo desvincular-se do Centrão para valorizar-se perante o Planalto, mas votará com o grupo em todas as questões fundamentais da Constituinte.

"O problema é que esta campanha dos sindicatos contra nós é muito eficiente", acredita o parlamentar. A seu ver, porém, quem está no grupo já sofreu o desgaste que tinha de sofrer e não se desprá, justamente no momento das votações, a posicionar-se contra a própria consciência para evitar retaliações que já são uma realidade.

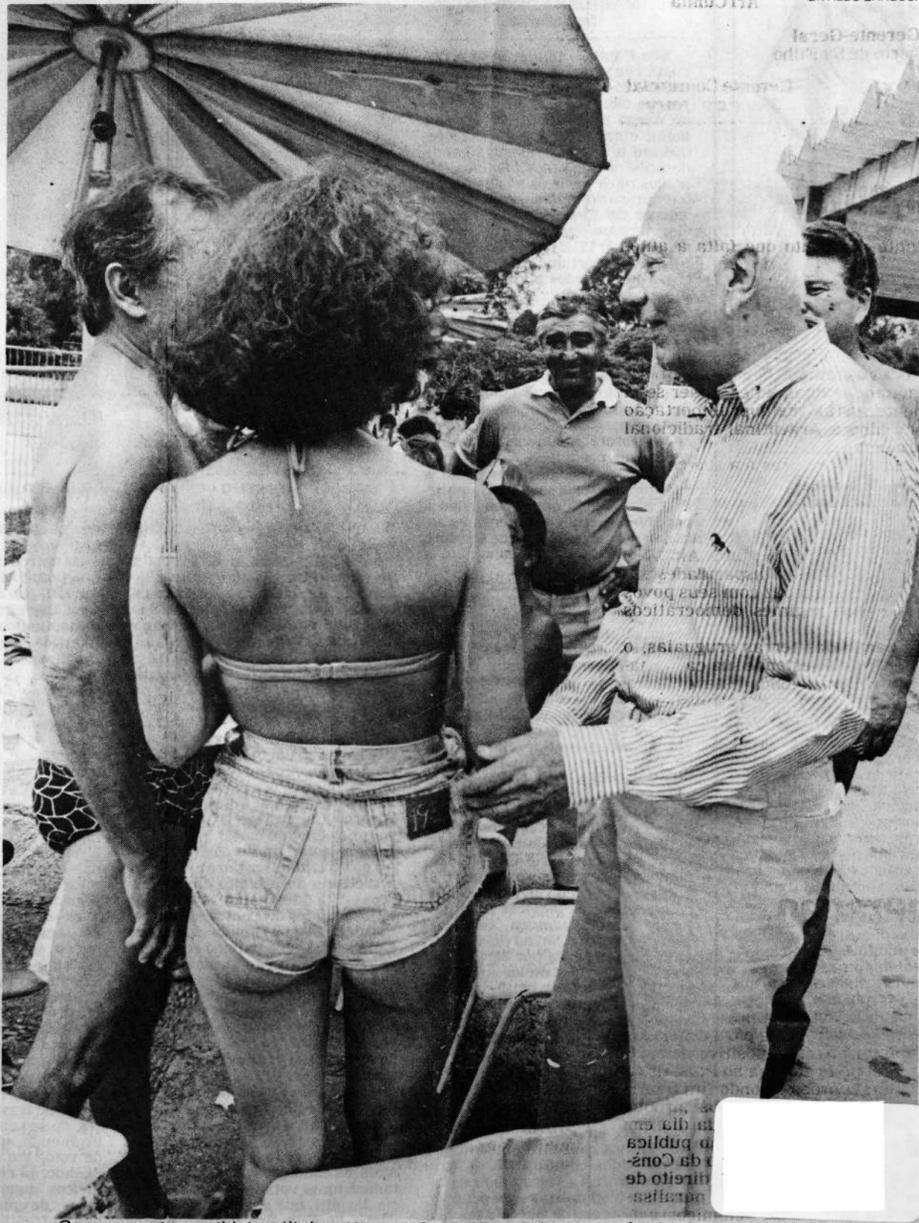
Dasso Coimbra está de posse de um levantamento a respeito do comportamento de todos os parlamentares em torno de 70 assuntos polêmicos já votados pela Constituinte. A conclusão é de que, dos 317 votos que tinha inicialmente, o Centrão pode contar hoje com pelo menos 299. A negociação se fará necessária, em muitos casos, devido às inevitáveis ausências. Só esta semana, há dois constituintes que (de acordo com os dados do coordenador centrista) não poderão comparecer às votações: Mauro Benedites e Roberto Campos.

REALIDADE

Mas a tranquilidade de Coimbra parece ser exagerada. O deputado Homero Santos, por exemplo, revelou ontem que só assinou junto com o Centrão a proposta de alteração do regimento interno para ter a possibilidade de reapresentar sua proposta de criação do Estado do Triângulo Mineiro.

"Em algumas questões eu votarei com o grupo, mas não estou absolutamente obrigado a acompanhá-lo em tudo", afirmou. A sua única preocupação é com o novo Estado, que agora quer submeter a plebiscito junto à população local: "estou certo de que a adesão popular será enorme. Afinal, o Triângulo representa 32 por cento da arrecadação de Minas Gerais, sendo que apenas 12 por cento são revertidos para a região".

Se a sua emenda for aprovada, como espera, Homero Santos sonha ainda mais alto. Quer ser, nada mais nada menos, o primeiro governador do novo Estado.



Com pose de candidato a titular, Ulysses Guimarães reclamou ausência de dona Mora no clube

Ulysses joga no acordo hoje cedo

O presidente em exercício da República, deputado Ulysses Guimarães, reúne hoje, às 18 horas, no Palácio do Planalto, depois de retornar de Petrópolis, as lideranças partidárias para discutir os pontos polêmicos que serão votados esta semana pela Constituinte, especialmente a questão da estabilidade no emprego e da propriedade privada.

Ontem, durante almoço no Clube do Congresso, Ulysses confirmou que não há acordo firmado em torno desses dois assuntos, mas manifestou a convicção de que "chegaremos a um entendimento". A expectativa dele é de que, dentro de dois meses, a Constituinte esteja concluída e "possamos pro-

mulgar a futura Constituição no mais tardar no dia 21 de abril, como a Nação espera".

Pelo raciocínio de Ulysses, haverá ainda novecentas votações na Constituinte. Se forem realizadas vinte por dia, serão seiscentas ao final de trinta dias úteis. "Como se vê, é perfeitamente razoável prever que em abril teremos terminado a elaboração da nova Carta".

O presidente da Constituinte revelou, ainda, que pretende dirigir um apelo aos parlamentares no sentido de que desistam de examinar a votação dos assuntos consensuais. "Deixando os discursos apenas para os grandes assuntos,

estaremos ganhando um tempo valioso".

NEGOCIAÇÕES

Apesar dos compromissos sociais que cumpriu durante o dia, Ulysses não descuidou das negociações políticas ontem. Por telefone, ele passou a manhã inteira em conversas com as lideranças dos diversos grupos da Constituinte — só para o vice-líder Nelson Jobim, do PMDB, telefonou três vezes.

A expectativa do presidente é de que não haja número para votação na sessão de hoje da Constituinte. Desta forma, além da reunião de lideranças convocada para o final da tarde no Palácio do Planalto, os líderes da esquerda e do Centrão ganham pelo menos mais 24 horas para negociar os temas polêmicos.

PMDB adia reunião de seu diretório

O grupo "históricos" do PMDB deverá adiar durante a semana a reunião do Diretório Nacional marcada para o dia 23, atendendo ao apelo feito na sexta-feira, neste sentido, pelo presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. Ulysses apelou para o adiamento sob o pretexto de que todos os esforços devem concentrar-se na Constituinte. Mas deixou animado o grupo, que viu na manifestação um sinal de que poderão vir a obter o seu respaldo para as teses de rompimento com o Governo e a favor do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

Segundo Pimenta da Veiga, um dos articuladores do grupo, os "históricos" irão promover uma série de reuniões esta semana para discutir a hipótese do adiamento. Só depois de debater internamente é que este segmento do PMDB terá condições de dar uma resposta formal ao apelo de Ulysses Guimarães.

A posição do grupo hoje é a de manter a reunião do diretório. Mas o apelo do presidente do partido tem um peso muito importante. De qualquer forma, há uma consciência de que os problemas do PMDB podem ter soluções protelatórias, disse Pimenta da Veiga.

MUP deixa o partido amanhã

Ficou adiada para amanhã a discussão preliminar para a saída de um grupo de parlamentares do PMDB que ocorreria no final de semana. A maioria dos parlamentares é ligada ao Movimento de Unidade Progressista do partido e pretende redigir um documento onde estarão firmadas todas as suas posições. Desse grupo já saíram do PMDB os deputados Ademir Andrade (PA), Abigail Feitosa (BA), Nelson Aguiar (ES) e Vasco Alves (ES).

Na reunião de amanhã poderão formalizar a saída do partido os deputados Fernando Lyra (PE), Cristina Tavares (PE), Octávio Elísio (MG), Haroldo Saboia (MA), Pimenta da Veiga (MG), Ziza Valadares (MG), José Carlos Saboia (MA), Paulo Ramos (RJ), Wilson Souza (SC), Francisco Küster (SC), Uldurico Pinto (BA), José Costa (AL), Nelson Friedrich (PR), entre outros.

No que depender do Centrão, a sessão de hoje da Constituinte não terá quorum para aprovação de qualquer matéria Constitucional — apenas 217 dos 366 "centristas" confirmaram sua presença em Brasília nesta segunda-feira. O deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do grupo, disse ontem que embora não seja seu desejo, o esvaziamento do plenário, ocorrido na última quinta-feira, pode voltar a se repetir.

"O esvaziamento, na realidade foi artificial, coordenado por alguns parlamentares que não estavam com vontade de ficar na cidade, preferindo atender a compromissos em seus Estados", explicou. A "técnica" dos que conseguiram esvaziar o plenário foi "espalhar" entre os colegas que só haveria novamente sessão na terça-feira, 9.

"O esvaziamento não interessa ao Centrão", disse Dasso Coimbra, embora a retirada dos constituintes do plenário tenha sido comandada por membros do grupo, como o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA). Coimbra acredita que, se não tivessem saído, os membros do Centrão conseguiriam aprovar sua proposta de redação para a

questão da indenização em dinheiro no caso de desapropriação.

DIFICULDADE

Segundo Dasso Coimbra, a grande dificuldade é reunir em Brasília os 280 membros do grupo necessários à aprovação de suas emendas. Todo final de semana entra em ação um verdadeiro batalhão de assessores, comandados por alguns deputados, que telefonam para os Estados e convocam os constituintes para estarem em Brasília logo na sessão de segunda-feira. Nem sempre, no entanto, é fácil localizar os deputados e senadores, e mesmo encontrados, muitos simplesmente comunicam que não podem vir ao Congresso, por motivos de saúde, de compromissos anteriores, ou simplesmente porque o período é de férias.

Caso se confirme a presença de menos de 280 membros do Centrão em plenário hoje, o mais provável é que ocorra novo esvaziamento, para evitar que os outros grupos e pequenos partidos, unidos, consigam aprovar os dispositivos constitucionais em votação com outro texto que não o proposto pelo grupo.

Carnaval pode vir primeiro

Por falta de acordo sobre o direito de propriedade e a estabilidade, entre as lideranças do Centrão, do PMDB e dos demais grupos da Constituinte, a votação em plenário sobre propriedade privada e demais parágrafos do capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos terá início somente amanhã. Caso as lideranças não cheguem hoje ou amanhã a um acordo, a votação desses temas e outros direitos sociais poderá ficar adiada para depois do Carnaval.

O acordo sobre propriedade privada está encaminhado. Poderá ser aprovada uma emenda elaborada pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE), a partir da junção de várias emendas, onde o direito de propriedade fica subordinado a sua função social, como deseja o líder do PMDB, Mário Covas (SP), mas as desapropriações só podem ser feitas mediante indenização em dinheiro, como exige o Centrão. A emenda é aceita pelos "progressistas" porque, nas indenizações em dinheiro, ficam ressaltados os casos previstos na Constituição, como reforma agrária e urbana.

Mas há outros pontos polêmicos no capítulo dos direitos individuais, como direito de reunião e mandato de segurança coletivo, capazes de atrasar a votação até a quinta-feira, o que impedirá o início da votação dos direitos trabalhistas nesta semana. Qualquer

imprevisto na votação dos 23 parágrafos que restam neste capítulo, deixará a votação sobre estabilidade — o tema mais polêmico da Constituinte — para depois do dia 22 deste mês.

No mandato de segurança coletivo, suprimido no substitutivo do Centrão, a liderança do PMDB apresentou uma proposta para acordo, mas nada ficou definido na semana passada.

A dificuldade de entendimento no direito de reunião está numa frase acrescentada pelo Centrão ao texto da Sistematização: "O direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião, previamente convocada para o mesmo local".

Para outros pontos polêmicos, como o "habeas data" e o direito de entidades associativas representarem seus filiados, já existe acordo. No "habeas data", o Centrão admitiu o texto da Sistematização, que assegura a todo brasileiro o conhecimento de informações relativas a sua pessoa, pertencentes a registros ou bancos de dados de entidades particulares, públicas ou de caráter oficial. Este grupo quer ressaltar as informações cujo sigilo seja indispensável à segurança da sociedade ou do Estado.

No acordo sobre o parágrafo 47, ficou definido que as entidades associativas só poderão representar seus filiados em juízo ou fora dele quando expressamente autorizadas.

Pacote fiscal não passa, diz Chiarelli

Porto Alegre — O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou que num momento de inflação galopante o Congresso não pode praticar o crime de omissão frente aos 225 bilhões mensais que o Governo retira a mais do contribuinte através dos oito decretos-leis do último pacote fiscal que emitem para cobrir o rombo do déficit público. Por isso, ele acredita que a Frente Parlamentar de Defesa do Contribuinte, ou frente anticpacote, que se formou com lideranças de 11 partidos, a partir de amanhã quando começam as discussões e votações sobre o tema na autoconvocação do Congresso, derrubará rápida e

decididamente os decretos. Chiarelli ressaltou que as auditorias independentes consultadas confirmam que os cinco milhões de contribuintes no País arcarão neste ano com um salário mínimo a mais nos seus tributos em consequência dos decretos-leis que já entraram em vigor em janeiro. Terça-feira serão votados os decretos-leis 2396 e 2397 que determinaram o aumento de dez a 18 por cento do Imposto de Renda retido na fonte por quem recebe entre cinco e 20 salários mínimos. Já o contribuinte com duas fontes de renda, terá um encargo de mais 20 por cento por causa deles.

Rádio e TV chamam PFL para convenção

Rachado ao meio em sua Executiva Nacional e em sua bancada de senadores e deputados na Assembleia Nacional Constituinte, o PFL dá a partida hoje para suas convenções municipais, no próximo dia 28, com uma campanha por rádio e televisão. Será uma mensagem de 30 segundos, com uma fala de 15 segundos do senador Marco Maciel, presidente nacional do partido, e 15 segundos com

o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Ficará no ar até o dia 28.

O atual presidente do partido, Marco Maciel, não quer mais o cargo, que o tem absorvido demais e deixado pouco tempo para cuidar de sua base de atuação, o Estado de Pernambuco. Só que ainda não há um candidato lançado ao comando do partido.

Paraíba sepulta hoje o seu ex-governador

João Pessoa — A Paraíba sepulta hoje, com honras oficiais, o ex-governador João Agripino, que morreu sábado no Rio de Janeiro. O sepultamento ocorrerá às 10 horas, no Cemitério Senhor da Boa Sentença, segundo programação distribuída pelo gabinete do governador Tarcísio Burty.

João Agripino Filho, decreto luto oficial de três dias, em todo o Estado. Em nota oficial, o governador determinou que "sejam prestadas honras de chefe de Governo nas homenagens póstumas ao ilustre paraibano".

A nota acrescenta que "o governo do Estado associa o seu pesar ao sentimento de consternação do povo paraibano diante da morte do ex-governador João Agripino Filho". O governo do Estado classifica, ainda, João Agripino, como um "nome político de expressão nacional" e ressaltou que ele "deixa como legado à Paraíba o exemplo de uma personalidade marcante na vida pública estadual, seja como administrador, sério e competente, seja como político admirado pelo seu devotamento aos interesses populares".

Candidato, mas não assumido

— Estou em campanha sim, mas pela Constituinte. A frase, do deputado Ulysses Guimarães, não espelha em nada o clima que o cercou ontem à tarde, durante o churrasco que reuniu cerca de vinte constituintes no Clube do Congresso.

Como um legítimo presidente em campanha, Ulysses recebeu tudo o que tinha direito: pedidos de autógrafos, flores vermelhas e as inefectíveis saudações de malinês. Mas não se fez de rogado: mandou parar o seu carro na portaria do clube, de modo que pudesse caminhar cerca de cem metros até a churrasqueira, entre abraços e acenos; colocou crianças no colo, atendeu a dezenas de jornalistas, e até dividiu

generosamente as duas garrafas de poire encomendadas pelo presidente do Clube do Congresso, o deputado Artenir Werner.

Entre os amigos do presidente, a convicção era unânime. Para o deputado Cid Carvalho, foi uma movimentação "típica de candidato". Perguntado a respeito, o deputado Homero Santos devolveu a pergunta: "Se Ulysses é candidato à Presidência? E você ainda tem alguma dúvida?".

PRESIDENTE

O consenso era tanto que até o filho do deputado Nelson Jobim, um dos fiéis escudeiros do líder Mário Covas, aproximou-se de Ulysses para manifestar o desejo de que ele venha a ser o

Mistérios quanto ao mandato

O deputado Ulysses Guimarães reafirmou ontem que o mandato do presidente Sarney deve ser igual ao dos seus sucessores. Evitando revelar a sua opinião pessoal a respeito da duração do mandato permanente ("aceitarei o que a Constituinte decidir"), ele foi taxativo quando indagado se teria deixado de trabalhar pelo período de cinco anos, como revelaram esta semana alguns dos seus amigos no Congresso: "Prefiro não falar no assunto. Ulysses confirmou, ain-

da, que está conversando com os líderes do segmento histórico do PMDB com o objetivo de cancelar a reunião do Diretório Nacional do partido, prevista para o próximo dia 24. "O ideal é realizarmos uma Convenção Nacional após a Constituinte, pois é o órgão próprio para decidir os assuntos que estão sendo propostos".

Sem falar no rompimento com o Governo, proposto pelos autênticos, o deputado paulista disse que a convenção, logo após a promulgação da

nova Carta Magna, servirá para que o seu partido debate sobre "os seus destinos".

A ideia de Ulysses, contudo, não encontra grande receptividade junto aos históricos. O deputado Pimenta da Veiga, por exemplo, acha que o processo de "recuperação" do PMDB não pode esperar até o final da Constituinte. "O tempo é curto", afirmou o parlamentar mineiro, referindo-se ao prazo necessário à criação de nova legenda.